



A REVOLUÇÃO QUE MUDOU Portugal e o Mundo

Este texto constitui um dos capítulos do romance **Memórias de um Despertar** de Pedro Elias que será publicado a 10 de Junho de 2014 e que neste momento está a ser distribuído gratuitamente como um contributo do autor para os tempos de hoje, mostrando de forma clara que é possível fazer diferente colocando no centro da acção humana, as pessoas e o seu bem-estar.

Memórias de um Despertar é o último livro de um conjunto de três obras formado, para além deste, pelos romances **Murmúrios de um Tempo Anunciado** e **Janelas entre dois Mundos**.

Para mais informação sobre estas obras visite o site do autor em:

www.pedroelias.org

25 – 11 - 2013

Estava sentada sobre o tapete, pensando na segurança que aquela pequena casa de montanha sempre me dera. Era ali que me refugiava quando necessitava de estar comigo mesma; um lugar que me acompanhou nos últimos cinquenta anos como um regaço onde podia pousar a cabeça e descansar das turbulências do mundo. E foram muitos os momentos em que recorri ao conforto daquele colo. Era como se tivesse regressado às minhas origens, ao lugar da minha infância, às memórias de um passado anterior àquele que podia recordar. Pelas paredes da casa, os meus quadros resumiam, em parte, tudo aquilo que ali vivera, sendo como espelhos de uma realidade paralela que nunca se desfez, confortando-me na certeza de que nada tinha sido quebrado, apesar de o João ter partido.

Quando a noite já ia longa, desdobrei o sofá e transformei-o em cama. Lá fora, a lua cheia espreitava pela porta corrida que dava para a varanda, inundando a sala com a sua luz inebriante. Adormeci logo depois. Nessa noite sonhei com um lugar bonito; um lugar onde caminhava junto das margens de um lago de águas tranquilas, vendo-me de mãos dadas com a Maria. Do lado direito, segurando na outra mão da nossa filha, caminhava o João. Aquele sonho era recorrente em mim e retratava um momento que nunca acontecera, pois o João desencarnara estava eu grávida de sete meses. Sonho esse que, há cinquenta anos, viria a inspirar-me um quadro que pintei e que, mais tarde, após desenhar o rosto do João no espaço que sempre deixava em branco, dar-me-ia a certeza de quem ele era. Quadro, esse, que sempre fora a Raiz que me mantivera firme nestes cinquenta anos, permitindo que pudesse ajudar, nos bastidores, o António que se tornou o meu companheiro de jornada, o David, que era como um irmão espiritual, e a Maria que era a filha e a Mãe.

No dia seguinte, acordei com a certeza de que o meu reencontro com o João estava para breve e, nessa certeza, uma alegria profunda tomou conta de mim. Finalmente iríamos ficar juntos e não mais os caminhos do carma, em múltiplas vidas partilhadas, nos iriam separar. Deixei, então, a casa, indo até ao pomar que era cuidado pelas pessoas da aldeia, onde colhi algumas laranjas. Naqueles tempos todas as terras eram cultivadas e, se um dos responsáveis por um terreno não o pudesse fazer, teria que permitir que outros, que tivessem essa disponibilidade, o fizessem. O resultado das colheitas era depois partilhado por todos, pois há muito que o dinheiro tinha desaparecido do planeta. Das laranjas colhidas fiz um sumo, saindo de casa com o copo na mão enquanto me abeirava do parapeito da varanda que se precipitava sobre o lago. Uma névoa húmida e rasteira dissipava-se lentamente sobre a sua superfície que, aos poucos, começava a espelhar, de forma perfeita e sem distorção, o azul profundo do céu. Sentei-me numa cadeira de verga que se encontrava no alpendre, lembrando-me do António. Conheci-o na comunidade do David, tinha a Maria três anos. Já na altura ele era um jovem político, embora ainda inseguro dos caminhos a seguir e um pouco desiludido com o sistema partidário de então. Quando lhe perguntei porque é que se tinha tornado político, a sua resposta foi clara: «Para levar o bem-estar e a felicidade às pessoas, contribuindo para um mundo mais justo e equilibrado». Aquela era a sua paixão e embora, na altura, não soubesse ainda como iria concretizar esse sonho, o essencial já ele tinha, que era o propósito e a razão de ser. O fazer, esse, mostrar-se-ia por si mesmo à medida que ele avançasse com coragem e determinação pela concretização do seu sonho. Contudo, percebia nele o medo de avançar, de cumprir aquilo que o David profetizara sobre o seu futuro, pois

ele mesmo considerava que não se mudava o mundo por se desejar mudar, mas apenas pela inspiração da própria Vida que teria que conduzir as coisas sem que ele tivesse que interferir. Sempre que o David falava daquilo que lhe estava destinado fazer, ele recusava ouvir, refugiando-se no facto de não saber nada do que supostamente deveria fazer e de não ir forçar nenhuma acção concreta só porque tinham previsto que ele, um dia, iria mudar o mundo. Insistia muitas vezes comigo que apenas a Vida tinha a força de mudar as coisas e não as pessoas, e que ele era apenas um instrumento desta e, por isso, não iria fazer com que as coisas acontecessem pela sua vontade no desejo de mudar o que quer que fosse, seja pela criação de um novo partido ou movimento, ou pela manifestação pública das suas ideias, mas apenas se essa mesma Vida lhe mostrasse, de forma muito clara, o que fazer. Este discurso, no entanto, articulado e inteligente, camuflava um medo imenso de assumir aquele papel por todas as responsabilidades inerentes — e isso lhe disse muitas vezes —, mas ele sempre manteve a sua posição de não avançar para nada de concreto.

Desde o dia em que nos conhecemos que as nossas Almas se uniram numa tarefa comum, que acabou por ganhar expressão no matrimónio que nos juntou para o resto das nossas vidas. Fomos muito felizes em todos esses anos que passámos juntos, estando eu a seu lado para o inspirar, dar confiança e segurança, à medida que a Vida foi pedindo dele a acção que ele mesmo recusava realizar por sua própria iniciativa, sendo obrigado a sair do conforto da toca e assumir as responsabilidades que a sua Alma tinha como parte integrante de um Plano há muito determinado.

E a Vida, como sempre acontece, acabou por chamá-lo. Certo dia, ao caminhar por uma rua junto da nossa casa, um mendigo estendeu-lhe a mão e pediu ajuda. Ele aproximou-se e retirou algum dinheiro para lhe dar, o que o mendigo recusou, dizendo: «Não quero o seu dinheiro, quero que mude o país para que não haja mais mendigos como eu». Disse-me, na altura, que o olhar daquele mendigo entrou por ele adentro de tal forma que lhe tocou a Alma, como se fosse a voz de um mestre a falar através dele. Compreendeu, a partir de então, que era a Vida que o estava a chamar para assumir as suas responsabilidades, algo que se tornou claro dias depois, quando recebeu um convite de uma plataforma de cidadãos que iria candidatar-se às eleições autárquicas do concelho onde morávamos e que lhe propôs que encabeçasse a lista e se tornasse o novo presidente da câmara. E este foi o seu primeiro desafio: candidatar-se a presidente da câmara, através de uma plataforma formada por pessoas descontentes com o modo como esta tinha sido gerida pelos vários partidos que ali alternavam, ao longo dos anos, e onde os comportamentos e as práticas eram os mesmos, sempre em benefício de uns poucos, independentemente da cor partidária. A sua campanha foi simples, mostrando que era possível fazer diferente e não apenas melhorar o que já existia como remendos que se colocam para tapar dificuldades. Em nenhum momento se reportou ao passado, ao que foi mal feito, aos erros cometidos e práticas menos correctas, mas apenas ao futuro, àquilo que era a sua proposta para uma transformação radical na forma como se geria um município, assente noutros valores e com outros objectivos. A sua postura humilde e o carisma genuíno que vinha de alguém que não tinha máscaras, agendas ocultas, interesses, fez dele um verdadeiro líder. Não foi, por isso, nenhuma surpresa para quem se cruzava com ele pelas ruas, a sua eleição, embora a nível nacional e na palavra dos comentadores políticos de então, esta tenha sido vista como algo inesperado.

Os seus quatro anos de governação foram exemplares. Cercou-se de pessoas competentes, não cedendo a lóbis ou interesses instalados, e reformulou por completo os quadros do município. Percebendo que havia pessoas em cargos de chefia que não tinham as qualificações mínimas para os mesmos, e percebendo também que muitas outras, em posições subalternas, tinham excelentes qualificações, competências e a motivação certa, fez uma reestruturação completa. Abandonou a estrutura hierárquica e criou uma estrutura matricial, criada em função dos projectos e das áreas de intervenção, cada uma com um responsável máximo que era escolhido pelas suas competências e capacidade de liderança, e com isto foi afinando a máquina para que esta pudesse responder com maior eficácia às medidas que iria começar a implementar. Os funcionários da câmara deixaram, através desta nova estrutura, de ficar presos aos seus departamentos, sendo mobilizados em função dos projectos que envolviam todas as áreas, criando um espírito de unidade entre todos em função dos interesses do município.

O António era um verdadeiro líder, mesmo que recusasse esse título, coisa rara naqueles tempos em que as lideranças eram fracas, movidas pelos interesses pessoais e pela pequena acção em função do momento. Ele não! Tinha uma visão clara daquilo que pretendia, e com essa visão mobilizava todos em torno da mesma. No seu mandato procurou ouvir as pessoas, primeiro dentro da câmara, e depois no território. Ele queria gente feliz e de bem com a vida a trabalhar consigo, e por isso procurou saber, antes de tudo o resto, o que seria necessário fazer para que se sentissem bem no seu local de trabalho. Com isto, deslocou muitos dos funcionários para áreas com as quais estes tinham maior afinidade e onde iriam estar mais presentes e activos, participando nos projectos pelo prazer de os desenvolver em função do bem-estar das pessoas e não pela necessidade de ter um ordenado no fim do mês para pagar as contas. Era ele mesmo quem conversava com as pessoas, que tentava, junto delas, perceber qual o melhor posto para cada um, dentro das possibilidades funcionais da câmara e com essa reestruturação, criou uma equipa verdadeiramente motivada. Desenvolveu, assim, dinâmicas internas para definir e medir esse Bem-Estar e essa Felicidade. Concebeu um planeamento estratégico interno para a gestão dos recursos humanos a partir dos indicadores apurados e um sistema de avaliação tendo como base o desenvolvimento de competências, incrementando programas de qualificação e valorização desses recursos humanos em função dos projectos a desenvolver e das competências pessoais, relacionais e profissionais necessárias para o efeito. Criou também um modelo de gestão participativa, onde todos os funcionários podiam fazer-se ouvir e dar as suas opiniões sobre todos os aspectos funcionais e estratégicos da câmara.

Depois, foi replicar este modelo no território. Não era importante para o António focar as questões económicas e financeiras, mas sim o Bem-Estar e a Felicidade das pessoas. Esta era a base a partir da qual tudo o resto poderia funcionar de forma correcta, pois com pessoas infelizes nenhuma economia conseguia sustentar-se. Com esta postura, conseguiu criar um sentido de unidade no território em torno de uma ideia mobilizadora, capaz de gerar compromissos e dinâmicas de mudança dentro das organizações e destas com o território e com as pessoas. Favoreceu as relações directas, estando ele mesmo presente em todas as reuniões realizadas nas juntas de freguesia e outras instituições, levando a sua visão a todos através da sua palavra. Apelava à simplicidade e a estilos de vida mais saudáveis, fomentando a participação de todos no planeamento estratégico para o território através de orçamentos participativos, onde eram os próprios munícipes a decidir quais as acções a desenvolver ou

obras a realizar, fazendo com que as pessoas e as organizações se sentissem como co-responsáveis pelas mudanças a implementar e, com isso, restaurou o sentido cívico de todos, por se sentirem parte integrante do processo de transformação e não elementos passivos que se limitavam a aceitar as mudanças que lhes eram impostas de cima. A prestação de contas, a transparência e a comunicação eram pilares essenciais desta estratégia, pois a avaliação dos resultados era partilhada com todos, desde os responsáveis políticos e profissionais, até aos grupos locais que se reuniam para analisar a consecução de todos os projectos.

A sua Visão era de tal forma mobilizadora, que conseguiu penetrar no tecido das próprias empresas locais que aceitaram implementar internamente a dinâmica que o António levava para a câmara e, com isso, aumentaram a sua produção e a qualidade dos serviços prestados, contribuindo para uma comunidade mais aberta, feliz e capaz de responder sem reservas aos desafios apresentados. E tudo isto foi possível, porque era o próprio António quem ia pessoalmente a essas empresas e falava com os empresários e com os trabalhadores, mobilizando-os em função dessa Visão, algo que ele, como um verdadeiro líder que era, conseguia fazer de forma exemplar. E um verdadeiro líder é isso mesmo: alguém que está de rosto descoberto, que não representa qualquer papel em subordinação a interesses ocultos, mas que está de coração aberto em torno do propósito que definiu. E o António era esse coração aberto e espontâneo que cativava as pessoas com a sua simplicidade e a sua força.

Deixei o alpendre, entrando em casa. Os quadros espalhavam-se pelas paredes, grande parte deles colocados no chão por falta de espaço. Ao fundo, por cima da lareira, estava um pôr-do-sol pintado sobre as águas do mar. À direita, uma pomba branca que voava liberta sobre o deserto e, do outro lado, uma jovem a chorar diante de um homem sem rosto que lhe estendia a mão para ajudá-la. Pintara-os ainda antes de conhecer o João e já nos seus traços estava plasmado um pouco da nossa história em outras vidas. De um dos cantos da sala, peguei no cavalete, numa tela em branco e em algumas tintas, regressando à varanda onde montei tudo para um novo quadro que pedia para nascer.

A manhã acabou por se precipitar sob um sol que subia lentamente, aquecendo o ar que corria pela serra nos braços do vento que, por vezes, na rebeldia da sua natureza nada constante, soprava com mais força. Lá em baixo, a coberto dos montes que o ladeavam e que se prolongavam por toda a sua extensão, o lago, que em tempos guardara muitos segredos, tornara-se um espelho, para o mundo, da verdadeira Paz. Um pequeno riacho desaguava neste, vindo da serra que se erguia do outro lado, serpenteando no reflexo prateado das suas águas claras e serenas. E foi esse mesmo lago que comeci por pintar naquele novo quadro que sabia ser o último.

No fim da manhã, entrei em casa para preparar o almoço. E enquanto fazia uma salada, lembrei-me novamente do António e do momento em que ele assumiu responsabilidades de âmbito nacional. Estávamos na véspera de eleições legislativas, quando um movimento espontâneo de cidadãos, que apelava ao voto em branco como protesto contra as políticas de então, ganhava força viral na Internet, mobilizando a sociedade civil. Esse movimento ganhou tal protagonismo mediático, que uma semana antes das eleições conseguiu colocar nos principais canais televisivos um *spot* publicitário com um actor de teatro conhecido, que se dirigia às pessoas num palco totalmente branco, dizendo: *Você sabia que, perante a lei, o seu voto em branco tem o mesmo valor que um voto nulo ou a abstenção? É verdade!*

Não é incrível?! Então você que abdicou de ir para praia com a família, que no exercício do seu dever cívico se deslocou a uma urna de voto e que votou em branco mostrando de forma clara aquilo que pensa vê, como resultado dessa sua acção consciente, a lei atirar o seu voto para o lixo num profundo desrespeito democrático pela sua posição. Pois eu estou aqui para lhe dizer a si que o seu voto em branco tem um valor moral que é muito superior ao valor da lei. Que através deste, você poderá mostrar que não quer mais estas políticas, estes políticos e estes partidos, pedindo a reforma do sistema. Por isso, está nas suas mãos decidir se quer continuar a ser governado pelos mesmos de sempre, sejam eles da esquerda ou da direita, ou se, de uma vez por todas, exige que o sistema mude e que a governação deste país fique nas mãos daqueles que o façam em função dos interesses de todos os portugueses e não de uns quantos grupos instalados. Por isso, faça como eu... No próximo Domingo, vote em branco!

Esta mensagem teve um tal impacto, que 75% dos portugueses acabaram por votar em branco. E nem mesmo as vozes dos partidos, que tentaram por todos os meios desvalorizar a mensagem e incutir nas pessoas o medo e a insegurança perante tal cenário, demoveram o povo que, de novo, fez história. Os resultados, esses, acabaram por ser menosprezados pelos partidos que se refugiavam na lei, acabando o Presidente da República, submisso às vozes do sistema, por promulgar esses mesmos resultados e empossar como Primeiro-ministro o representante do partido mais votado, que tinha tido apenas 10% dos votos. E foi aqui que, para espanto dos poderes instituídos que sempre foram surdos à voz do povo, esse mesmo povo fez, uma vez mais, história, quando no dia seguinte à mensagem do Presidente saiu para rua e se concentrou em frente à sua residência e ruas anexas, exigindo que este se demitisse. Era a consternação total do país pelo desrespeito à sua vontade, pelo atropelo da democracia que novamente se vergava sob o peso dos lóbis partidários e outros, mas desta vez seria diferente.

Ninguém podia esperar aquela reacção de um povo que tomou nas suas mãos, de forma pacífica e responsável, a restituição do princípio democrático, paralisando um país inteiro em manifestações que se espalharam por todas as cidades, e de forma mais concentrada na capital em frente à residência do Presidente. E foi ali, já a noite caía, quando todos acendiam velas ou isqueiros, numa vigília pelo fim daquele sistema, que todos, de forma espontânea, sem a instrumentalização de grupos, movimentos ou partidos, começaram a cantar, uma vez mais, *Grândola Vila Morena* e, em poucos minutos, eram mais de um milhão de pessoas a entoar aquela música que fora o hino de uma revolução incompleta e que agora, uma vez mais, marcaria o fim daquele regime. No dia seguinte todos os jornais abriam com a manchete *O Povo é quem mais Ordena*. E assim foi, pois nesse mesmo dia o Presidente da República mandou reunir de urgência o Conselho de Estado. Nessa reunião ficou decidido que, nos dias seguintes, o Presidente deveria empossar como Primeiro-ministro um independente e sugerir-lhe a criação de um governo de unidade nacional com a participação de todas as forças políticas cuja responsabilidade seria de, nos meses seguintes, fazer a reforma do sistema que o povo exigiu para que, só então, já com essa reforma constitucionalizada, novas eleições se realizassem. E foi aqui que o António deixou o espaço de acção municipal e entrou na esfera nacional. Sendo o seu trabalho na Câmara Municipal reconhecido como um exemplo de sucesso e sendo ele independente, foi visto por todos, de forma consensual, como a pessoa certa para dirigir esse governo provisório.

E o sistema foi totalmente reformulado, como nunca antes acontecera. Na Internet criou-se um *site* ligado ao governo, onde as novas medidas eram discutidas por todos e onde

todos podiam deixar as suas sugestões. Aquela reforma constitucional foi, assim, realizada com a participação dos cidadãos. E uma das primeiras mudanças implementadas foi a do voto em branco, que passou a ter valor perante a lei. A partir de então, nenhum governo poderia ser empossado com uma maioria de votos em branco, sendo os projectos apresentados a votação cancelados com a obrigatoriedade de novos projectos e novos políticos serem apresentados para eleições. Deixou-se, também, para trás, o modelo vigente até então, que o António definia como uma democracia feudal, onde os novos senhores feudais eram os próprios partidos, passando-se para um modelo onde qualquer cidadão poderia candidatar-se a Primeiro-ministro através da criação de um projecto de governação. Esses projectos, tanto dos grupos independentes, como dos partidos de então, eram submetidos a um órgão fiscalizador, criado para esse efeito, que os analisava e apenas aqueles que fossem aprovados seriam levados a sufrágio universal. Se algum desses projectos não obedecesse ao requerido pela lei, era devolvido ao grupo proponente, com um prazo definido para que as correcções fossem efectuadas de forma a que este pudesse ser validado e depois apresentado aos portugueses para votação.

A nova reforma definiu os Ministérios da República, que seriam fixos, não sendo mais possível reformula-los, fosse pela sua supressão ou fusão, a cada nova eleição. Evitava-se, assim, o caos na organização do Estado, sempre que um novo governo tomava posse. Depois de uma longa discussão com todos os partidos, forças sociais e sociedade civil, chegou-se ao modelo final, que só poderia ser alterado com dois terços de votos na Assembleia da República. Com a nova reforma deixou-se, também, de votar num Primeiro-ministro, para se votar num governo, já que cada candidatura era obrigada a apresentar nas suas listas todos os Ministros e Secretários de Estado que iriam formar esse futuro governo. Isto permitia que o órgão fiscalizador pudesse avaliar esse governo e detectar conflitos entre as funções que iriam assumir e os interesses que pudessem ter no sector privado. Passou, também, a ser obrigatória a apresentação de uma proposta de governação que não deveria ficar-se apenas por ideias genéricas, mas que teria que ser trabalhada como se de um orçamento de Estado se tratasse, com todas as contas feitas, para que esse mesmo órgão pudesse verificar se essas propostas respeitavam os limites constitucionais impostos para o endividamento do país e respectivo défice. Ficou estipulado na lei, também, que todo o governo que saísse do programa por si apresentado, desenvolvendo políticas contrárias àquelas que definiu nesse mesmo programa, seria dissolvido e novas eleições seriam realizadas, embora fosse permitido, no caso de haver pequenas correcções necessárias por factores e variáveis impossíveis de controlar, e apenas após a avaliação dessas alterações pelo órgão fiscalizador cujo parecer seria enviado ao Presidente da República, fazer alterações a essas mesmas políticas. No final de todo o processo, os projectos aprovados eram enviados por correio, na sua forma simplificada, para casa de cada português, para que os pudessem estudar e avaliar. Este era, aliás, o único custo do Estado com todo o processo, já que se tinha acabado com o financiamento dos partidos e grupos independentes.

Aquela reforma mudou radicalmente o sistema político de então, rompendo com os grupos de poder que se moviam em torno deste e fidelizando os governantes aos projectos por si apresentados. E tudo isto aconteceu com os olhos do mundo virados para Portugal, pela ousadia e pela coragem de romper com o velho e reformar as bases daquilo que sempre foi dado como certo, mostrando novos caminhos e novas formas de fazer.

No fim dos seis meses, as reformas tinham sido realizadas e o sistema estava pronto para novas eleições, já com a nova Constituição. E assim foi. Para além dos partidos, vários foram os grupos que se criaram, com base num número de assinaturas necessárias para o efeito, apresentando os seus projectos de governo. E um desses grupos, liderado pelo António, acabou por ser aquele que saiu vitorioso nas novas eleições, apresentando um projecto de governo de tal forma revolucionário que viria a mudar radicalmente o país e depois o mundo.

Após as eleições, e durante a aprovação do Orçamento de Estado, o António dirigiu-se à Assembleia da República num discurso que iria fazer história, marcando ali o início de um estilo de governação que mais tarde seria replicado pelo mundo inteiro.

— *Aceitei candidatar-me a Primeiro-ministro porque acredito na necessidade urgente de este país mudar de rumo, sem ter que repetir as fórmulas do passado. Não se trata de tentar fazer melhor dentro do modelo actual, pois seria arrastarmo-nos indefinidamente como pedintes, submetendo-nos aos poderes de fora. Aceitei ser Primeiro-ministro para libertar este país dessa dependência, trazendo de volta a dignidade que a sua história exige na postura de uma Nação que não foi fundada para ir a reboque desses mesmos poderes, mas para liderar o movimento que irá reformar o mundo. E isso só é possível com uma revolução. Uma revolução sem armas, sem exército, uma revolução que seja feita pela coragem daqueles que não têm medo de fazer diferente, rompendo de forma radical com o modelo actual que faliu e que acabará por levar o mundo inteiro para o abismo. O governo que lidero nasceu da revolta de um povo que soube dizer BASTA. Que se posicionou e exigiu uma mudança. E essa mudança irá acontecer, não apenas nas reformas do sistema que já foram realizadas, mas nas novas políticas que têm que ser postas em prática para servir o país e todos os portugueses, aqueles que cada um de vós tem a responsabilidade de representar e servir. Nos próximos meses, essa revolução irá começar a ser desenhada e implementada de forma a fazer de Portugal um país próspero, capaz de trazer dignidade à vida de todos os seus cidadãos, percebendo que qualquer política deve sempre ter como foco principal o bem-estar das pessoas e o respeito pelo planeta e por todos os seres que nele habitam. As medidas que irão ser implementadas por este governo serão de tal forma radicais que não deverão ser realizadas apenas por nós, mas por todos. O país deverá estar unido em volta dessas reformas. É por isso mesmo que gostaria de deixar um convite aos líderes de todos os movimentos aqui representados, o que é o mesmo que dizer, a todos os portugueses. Que os líderes das vossas bancadas aceitem estar presentes em todos os Conselhos de Ministros onde estas medidas irão ser discutidas, pois queremos total transparência em tudo aquilo que iremos fazer. Não temos agendas ocultas nem estamos ao serviço de ninguém. Peço-vos que não se fechem dentro dos interesses que os vossos grupos possam ter, peço-vos que decidam em função do país e das pessoas que representam. A visão que este governo tem para o país deverá ser realizada com a participação de todos, sejam as pessoas ou as empresas, a favor do interesse colectivo, para que o país como um todo se possa erguer e seguir em frente com a dignidade de quem encontrou o seu rumo, não mais imposto por terceiros, mas construído a partir da vontade de todos nós.*

O seu discurso foi ousado e muito bem recebido. E embora em circunstâncias normais da política desse tempo, onde os interesses partidários sempre se sobrepunham aos interesses do país e, por isso mesmo, onde as oposições ficavam contra os governos no desejo que estes fizessem o pior possível para que na legislatura seguinte pudessem chegar ao poder, a verdade é que, contrariando todas as expectativas, o convite do António foi aceite, e todos os partidos e grupos independentes, a partir de então, se fizeram representar nos Conselhos de Ministros, não como meros observadores, mas como participantes activos que intervinham e deixavam clara a sua posição e assim, por antecipação, ficavam a saber das

políticas do governo, podendo preparar com mais tempo a discussão das mesmas na Assembleia da República. Os olhos do mundo viravam-se para Portugal, ainda sem saber muito bem o que esperar daquela novidade que iria unir o país em torno das reformas que nos meses seguintes começariam a ser anunciadas.

O Programa de Governo tinha como base dois pilares essenciais: a auto-suficiência alimentar e a auto-suficiência energética do país. Sem estes dois pilares não seria possível estabilizar o país, pois estaríamos sempre dependentes do exterior, o que significaria que a nossa liberdade estaria condicionada por interesses externos e pelas flutuações dos mercados através da especulação; completamente expostos às futuras crises financeiras que o António sabia serem inevitáveis. Por isso, havia uma certa urgência em proteger o país dessas flutuações e das crises futuras que estavam por vir. Dentro da área da energia, na sua componente eléctrica, foram criadas leis que obrigavam todos os Portugueses a instalar, no mínimo, um painel solar em suas casas, sendo que a energia produzida, por mais insignificante que fosse, teria que ser comprada pela companhia de electricidade à qual estivessem vinculados contratualmente. Para não criar desequilíbrios, definiu-se que o preço de venda deveria ser igual ao preço de compra. Tínhamos assim milhões de painéis solares a produzir energia por todo o país. Apostou-se também na energia produzida pelas ondas, instalando-se ao longo da costa vários *clusters*. Com estas medidas, surgiram novas empresas produtoras deste tipo de tecnologia e envolveram-se as universidades de forma a aperfeiçoar essa mesma tecnologia que, nos anos seguintes, se desenvolveu de forma exponencial, tanto em eficácia, quanto nos custos, que diminuíram drasticamente. Portugal tornava-se, com estas medidas, excedentário em energia eléctrica que passou a vender para o exterior através das redes de ligação que foram criadas e que permitiam que essa energia chegasse ao centro da Europa a preços competitivos.

A maior revolução, no entanto, viria dos combustíveis. Não sendo Portugal produtor de petróleo, não fazia sentido para o António que continuássemos a usar um combustível que não produzíamos. Por isso, criou uma lei que iria mudar radicalmente o país, e que mexia directamente com o outro pilar, o da auto-suficiência alimentar.

Essa nova lei definia metas bem concretas, que estipulavam que, quatro anos após o lançamento da mesma, seria proibida a venda em Portugal de veículos movidos a combustíveis fósseis e oito anos depois seria proibida a circulação desse tipo de veículos. No fim dos quatro anos, apenas seria permitida a venda de veículos eléctricos, a biodiesel ou a outras energias renováveis, sendo que esses novos combustíveis teriam que ser produzidos em Portugal. Foi uma verdadeira revolução. Os agricultores tinham agora uma cultura rentável, que poderia trazer novamente dignidade à sua actividade. Tudo se desenvolveu de forma equilibrada, com leis que regulavam de modo preciso essa mesma actividade para não permitir desequilíbrios, tanto no uso obrigatório de plantas que não fossem de consumo humano, estipulando-se o cultivo de diferentes tipos de plantas consoante a região do País onde iriam ser plantadas, e assim mantendo-se a biodiversidade — e aqui envolveu-se, uma vez mais, as universidades na busca das melhores soluções —, como na definição de regras que estipulavam, por um lado, que todo o agricultor que quisesse produzir biodiesel só o poderia fazer em 50% do seu terreno, ficando obrigado por lei a produzir alimentos nos restantes 50% e, por outro, o uso obrigatório de adubos e fertilizantes naturais nas colheitas, para se evitar a poluição do ambiente. Os que tinham pequenas parcelas eram estimulados a

organizar-se em cooperativas onde os lucros eram divididos por todos, independentemente daquilo que cada um produzia na sua parcela. Com esta medida, Portugal deixava de importar combustíveis e trazia as pessoas de volta à terra, promovendo a agricultura e impedindo a desertificação crescente das zonas rurais. Em poucos anos, assistiu-se a um processo migratório de retorno ao campo. Quando a lei foi anunciada ao país, foi o espanto geral, pela coragem e pela ousadia, sendo esta apresentada com um trunfo que iria calar as vozes mais cépticas.

Durante a preparação do plano, o António reuniu-se pessoalmente com os grandes construtores de automóveis, anunciando-lhes as suas intenções. Portugal seria o maior cliente de veículos eléctricos do mundo; uma nova tecnologia na qual esses grandes construtores começavam na altura a apostar e, por isso mesmo, não tinham ainda forma de responder a um mercado tão alargado, o que significava que seria necessário construir novas fábricas. E esse foi o trunfo que o António trouxe, pois, com o anúncio das novas reformas, vieram também os contratos assinados com essas empresas que se comprometiam a criar em Portugal as novas fábricas de veículos eléctricos e de baterias, o que significava que o país iria, também, deixar de importar os automóveis, para além dos combustíveis. No contrato assinado com essas empresas havia uma cláusula em que estas se comprometiam a envolver as universidades portuguesas no desenvolvimento dessas mesmas tecnologias o que, em poucos anos, fez com que a autonomia das baterias tivesse triplicado. Algumas vozes se levantaram, alegando que as pessoas poderiam contestar estas medidas por se verem obrigadas a mudar de carro, mas era uma falsa questão, que acabou por não se colocar, pois quem usasse veículos a gasolina poderia convertê-los para hidrogénio, enquanto aqueles que tivessem veículos a gasóleo só teriam de fazer uma pequena adaptação no motor para permitir que estes pudessem funcionar a biodiesel.

O Hidrogénio foi, aliás, um outro dos pilares dessa mesma revolução. Envolvendo as universidades conseguiu-se, por um lado, produzir hidrogénio a partir da água do mar, instalando-se as centrais ao longo da costa e, por outro, encontrar formas de armazenamento mais seguras que permitiram que a tecnologia se pudesse desenvolver e generalizar. O hidrogénio produzido, e armazenado na forma líquida, não só alimentava os veículos a gasolina, entretanto convertidos ao novo combustível, como funcionava também como unidade de armazenamento de energia. Basicamente o que se passou a fazer foi colocar as centrais de produção de hidrogénio a funcionar durante a noite com a electricidade produzida pelas eólicas, que no passado era enviada para o estrangeiro a custo zero por ser excedentária, aproveitando-a agora para produzir o hidrogénio que era armazenado e depois, durante o dia nos picos de consumo, colocado a gerar electricidade através de geradores das centrais que anteriormente usavam carvão e gás natural, convertendo esse hidrogénio em electricidade que era injectada na rede.

A revolução no sector energético foi total e motivo de orgulho para todos nós. Passámos a ser vistos pelo mundo como os pioneiros de um Novo Paradigma emergente e o exemplo a seguir. Deixámos de importar combustíveis e automóveis e a energia passou a ser mais barata. A balança comercial sofreu uma inversão com a diminuição drástica das importações e a exportação crescente de energia e de veículos eléctricos, cujo preço também diminuiu, fomentando o seu consumo por todo o mundo.

No sector agrícola, a revolução também foi radical, não se ficando apenas pelos combustíveis. Compreendendo que grandes corporações tentavam condicionar a liberdade dos agricultores com sementes patenteadas, muitas delas de tal forma alteradas geneticamente que as sementes resultantes da primeira safra eram estéreis, não podendo os agricultores usá-las na safra seguinte e com isso vendo-se obrigados a comprar novas sementes às mesmas empresas, e compreendendo também, através de vários estudos que essas grandes corporações tentavam silenciar, dos graves riscos para a saúde no consumo de produtos derivados dessas culturas, o governo acabou por fazer sair uma lei, única em todo o mundo, em que proibia o uso na agricultura de sementes geneticamente modificadas e a venda de produtos que usassem esse tipo de sementes. Paralelamente, fundou um instituto responsável por criar um banco de semente tradicionais para a preservação das mesmas, ficando estipulado na lei que todas as sementes, contrapondo as leis europeias que tentavam condicionar a circulação das mesmas, seriam de propagação livre em todo o território nacional não estando condicionadas a qualquer tipo de direitos de propriedade intelectual. Foi legislado, também, que nenhum recurso natural do país poderia ser privatizado, principalmente a água, cujo acesso era um direito humano inalienável.

Uma outra aposta verdadeiramente revolucionária foi na produção massificada do cânhamo. Com esta produção substituiu-se os eucaliptos pela nova cultura que passou a ser usada para fazer papel, que não só tinha uma maior qualidade, como exigia menos energia e produtos químicos no seu processamento sendo, por isso mesmo, menos poluente. Mas não foi só a indústria do papel que beneficiou desta aposta. A planta passou a ter também muitos outros fins, como a criação de tecidos para indústria têxtil, isolantes para a construção civil, biocombustíveis, bioplásticos e alimentação humana, com produtos de alto teor nutritivo. Uma verdadeira revolução e um exemplo para o resto do mundo que começou também usar, de forma massificada, esta planta milenar que, naturalmente, apesar de muitas vezes contrárias, nada tinha a ver com a canábis e seus efeitos psicotrópicos, embora fosse da mesma família.

No entanto, isto ainda não era suficiente para o António e para o seu governo. Ele queria ir mais longe. Não lhe bastava saber que os agricultores produziam alimentos por obrigação, pois era a única forma de conseguirem entrar na produção dos combustíveis, ele queria que a produção de alimentos também fosse uma actividade rentável e digna, por isso foram elaboradas novas leis. Uma delas instituía a criação de uma bolsa de alimentos, onde o preço de cada produto seria estipulado diariamente pelo mercado, e assim o agricultor sabia quanto valia o seu produto naquele dia, cujo preço seria o mesmo em qualquer lugar do país. Essa bolsa era nacional, não sendo regulada de fora e, por isso, não estava subordinada a interesses estrangeiros. Ficou também regulado que era proibido negociar colheitas futuras, impedindo-se assim a especulação, sendo apenas permitido transaccionar produtos reais, já produzidos. Esta bolsa foi criada para suportar uma outra medida, que definia uma percentagem fixa que o agricultor teria que receber por cada produto vendido e que foi estipulado nos 40%, sendo os restantes 60% para a distribuição e retalho. Criaram-se também regras no pagamento, em que os produtos perecíveis teriam que ser pagos a 30 dias, e os não perecíveis a 60 dias, após o qual esse valor passaria a ser considerado como um empréstimo que o agricultor fazia e por isso teria que ser devolvido com juros. Estipulou-se também um período máximo a partir do qual seriam aplicadas coimas ao infractor e cujo valor era de tal forma alto, que não compensava deixar de pagar aos agricultores.

Estas medidas acabaram, no entanto, por ter um efeito contrário ao desejado, e este foi o primeiro contratempo na política do governo, pois geraram protestos em vários sectores da economia, incluindo nos próprios agricultores que não conseguiam vender os seus produtos, já que a obrigação de terem que receber 40% do preço de mercado fazia com que os retalhistas e grossistas fossem comprar esses produtos ao estrangeiro. Tínhamos agora um coro de protestos dos agricultores que pediam medidas proteccionistas para obrigar os retalhistas e grossistas a comprar os seus produtos, algo que o António não queria fazer. Nos Conselhos de Ministros realizados de emergência para discutir este assunto, onde todos os partidos e grupos da oposição se encontravam presentes, foram lançadas várias ideias. Da esquerda, ideias proteccionistas, da direita o voltar atrás nas medidas impostas, e no meio estava o António sem saber o que fazer. Lembro-me de que nessas semanas fomos várias vezes à comunidade onde ele se ia aconselhar com o David, mas este não lhe dava a resposta desejada, dizendo-lhe apenas para serenar já que quando menos esperasse a resposta surgiria. Para dificultar ainda mais, saíra num dos principais jornais um artigo de opinião de alguém ligado aos lóbis do retalho que fazia duras críticas ao governo, comparando-o com os governos da antiga União Soviética, e ao António em particular, acusando-o de ser um ditador encapotado.

Perante o impasse criado, os partidos e grupos independentes acabaram por chamar o governo à Assembleia da República para que o assunto pudesse ser discutido publicamente. Eu própria estive presente nas galerias nesse dia, e pude ver o quanto aquela discussão desgastou o António. Ele que tinha conseguido unir todos em torno da sua visão, via agora os partidos cederem aos lóbis internos e externos, radicalizando posições. Durante a sessão foram os ministros que falaram, e apenas no fim o António pediu a palavra e se dirigiu a todos.

— *Gostaria de me dirigir a cada um dos presentes com uma reflexão, não aos deputados eleitos por uma lista de um partido ou de um grupo independente, mas à pessoa que antes de ser de um determinado partido já o era como indivíduo que reflectia sobre a Vida, que enquanto jovem universitário, ou até mesmo adolescente, se indignava com as injustiças, que tinha uma paixão genuína à qual estava disposto a tudo sacrificar, para que o bem comum pudesse ser salvaguardado. Jovem, esse, que na sua essência não tem cor partidária, porque o acto genuíno de reflectir vem da nossa condição de sermos Humanos, e não de uma filiação ideológica. E a reflexão que vos queria deixar é esta: em que curva do caminho nos perdemos de nós próprios? Porque esse jovem, de camisa e calças de ganga, e uso esta imagem como metáfora, é aquele que cada um de vocês é em essência, e não o “engravatado” de hoje que se deixou condicionar, formatar, que permitiu que essa voz genuína fosse abafada em função de interesses que não são, verdadeiramente, os seus. Pois eu digo que esse jovem ainda está aí, ainda faz parte daquilo que cada um de vós É; que o país, mais que nunca, necessita que esse jovem regresse, que volte a vestir a camisa daquilo em que verdadeiramente acredita, sem deixar que nada nem ninguém abafe a sua verdadeira identidade. Ainda se lembram de como eram no passado? Ainda se lembram de quando tinham a liberdade de pensar, sem uma ideologia que vos condicionasse? Porque toda a ideologia foi criada pela mente de alguém, e estar subordinado a essa mente é reduzir todo o vosso espaço a uma senzala onde se tornaram escravos por vossa própria vontade ou conveniência. Sei que, se estivéssemos num dos primeiros concílios da Igreja, nesta altura muitos de vocês já estariam a tapar os ouvidos para não ouvirem estas heresias, mas permitam que hoje, quando regressarem às vossas casas, longe dos olhares de todos, possam olhar no espelho e fazer a pergunta: em que curva do caminho me perdi de mim mesmo?*

O discurso do António foi recebido com indignação por parte de alguns deputados, que questionavam o tom, para eles, moralista do mesmo. Mas ele não ripostou, deixando logo depois a Assembleia, com o fim dos trabalhos.

Apesar destas dificuldades, o António nunca deixou que estas interferissem na sua vida e nas suas rotinas. Todos os fins-de-semana gostava de ir para a praça jogar às cartas ou xadrez com os reformados, ou jogar à bola com os mais jovens. Era no meio das pessoas que ele se sentia bem, de tal forma que muitos daqueles que lhe eram mais próximos ficavam bastante preocupados com este tipo de exposição. Lembro-me de uma conversa que tivemos com o seu irmão num jantar de família:

— *Eu ainda não compreendo como é que tu dispensaste o carro, o motorista e a segurança e vais todos os dias trabalhar de transportes públicos.* — disse o irmão. — *Não vês que é um risco muito grande!? Ainda não percebeste, por tudo aquilo que estás a fazer no país, e que tem reflexos lá fora, que corres sérios riscos de vida?... Que as medidas que estás a implementar chocam com muitos dos interesses e poderes instituídos no país e no mundo? Por favor, António, leva-me a sério! Os Estados Unidos, ou dizendo de outra forma, os grandes lóbis que controlam o governo americano e o mundo poderão simplesmente mandar-te matar. Se o fizeram com Sá Carneiro e Amaro da Costa, por estes se oporem aos seus negócios com armas para o Irão e África, e com tantos outros líderes da América do Sul que recusaram implementar as políticas americanas, não achas que também o farão contigo?*

— *Se há uma coisa que eu nunca farei é ceder ao medo, pois este escraviza-nos* — respondeu o António. — *E depois, o que eu estou a fazer não é meu, sou apenas o instrumento de uma Alma que pede que a função deste país se cumpra... nada mais.*

— *Mas se eles te matarem, ficas impossibilitado de a cumprir.*

— *O que está a ser feito, as políticas que estão a ser realizadas, não são mais deste governo, Carlos, mas de todo um povo. Se me assassinarem, outro seguirá os mesmos passos, pois será o próprio povo português a exigir isso. Portanto não te preocupes. Essas forças que controlam o mundo, que transformaram uma das mais belas democracias, como os Estados Unidos, numa plutocracia que hoje é gerida pelas grandes corporações, não têm como parar este movimento, pois os ventos sopram na direcção contrária dos seus interesses e, mais tarde ou mais cedo, todos eles implodirão. Por isso, não percamos tempo a falar deles, mas do novo que tem que ser implementado, pois é na consecução desse novo que o velho se desmantelará por si mesmo.*

A sua serenidade face às dificuldades permitia que o foco da sua acção se mantivesse sempre claro, não sendo possível tirá-lo da sua rota. E tal como o David lhe tinha dito, a solução para o problema que ele tinha em mãos surgiu sem esforço, quando numa noite acordou com uma frase que tinha sonhado e que era: Localização Concêntrica. E ali nascia um novo conceito que nos anos seguintes iria espalhar-se pelo mundo, contrapondo com o modelo da Globalização.

Este novo modelo, o da Localização Concêntrica, que o António iria implementar em Portugal, era visto por muitos como uma forma de protecção encapotada. Na sua essência, o novo modelo definia que os retalhistas e as empresas em geral teriam que comprar no seu anel mais próximo e apenas se não encontrassem o produto neste é que iriam para o anel seguinte. Era uma forma engenhosa de promover a produção e proteger os agricultores

e as empresas locais sem ter que proibir a importação de produtos ou definir cotas de mercado. As empresas tinham total liberdade de importar o que quisessem, desde que não encontrassem esse produto nos anéis mais próximos, que eram o concelho, o distrito, o país e só então o estrangeiro. Este modelo fez carreira pelo mundo nos anos seguintes, pois ao contrário do modelo da Globalização, que levava à miséria populações inteiras dizimando as suas economias locais em favor dos grandes interesses económicos, o modelo da Localização Concêntrica promovia as economias locais obrigando os grandes grupos económicos a deslocarem-se para os mercados onde pretendiam vender os seus produtos criando riqueza local e promovendo o emprego. Ou seja, não era possível, com este modelo, uma empresa instalar-se em países do “terceiro mundo” para explorar a sua mão-de-obra barata, e muitas vezes escrava, para depois vender esses produtos noutros países a preços mais baixos e com isso acabando com as economias locais. Agora, esses grupos económicos teriam que instalar as suas empresas nos países onde pretendia vender, gerando riqueza e emprego no próprio país. Se não o fizessem, corriam o risco de um dos seus concorrentes se antecipar e ao instalar a sua empresa nesse país conseguir para si todo o mercado local. Ainda me lembro da entrevista que o António deu a um dos canais de televisão, onde defendia o seu modelo:

— *Mas não é este novo modelo uma forma de protecção encapotado?* — *perguntou o jornalista.*

— *De forma alguma! Não estamos a fechar-nos ao exterior, ou a criar taxas aduaneiras, nem estamos a impedir quem quer que seja de importar produtos do estrangeiro, ou a definir cotas de consumo obrigatório de produtos nacionais. Apenas dizemos que as empresas têm que comprar no seu anel mais próximo. Por isso, que deixemos que as leis do mercado funcionem em liberdade, pois se existe uma empresa estrangeira que se sinta prejudicada com este modelo, só terá que instalar a sua fábrica ou lojas em Portugal e o mercado será seu.*

— *Há algo que ainda não compreendi muito bem neste modelo. Vamos supor que num determinado concelho só existe uma fábrica de sapatos, e que estes são de péssima qualidade. As sapatarias do concelho terão que ser obrigadas a comprar estes sapatos?*

— *O novo modelo estabelece concentricidades variadas consoante o tipo de produtos. Apenas os produtos de natureza agrícola têm uma concentricidade assente no modelo de concelho, distrito, país e estrangeiro, o que significa que se uma loja quiser comprar batatas terá que as comprar no seu próprio concelho, e só se não encontrar neste é que passará para o anel seguinte. Todos os outros produtos que não sejam agrícolas, têm uma concentricidade assente no modelo de país e estrangeiro, por isso qualquer sapataria poderá comprar sapatos em qualquer parte do país.*

— *No entanto, eu que gosto de sapatos italianos já não os poderei comprar nessas sapatarias, porque estas encontrarão sapatos dentro do anel mais próximos que é o país. Como poderei comprá-los?*

— *Três situações poderão acontecer. 1) A marca de sapatos italiana instala a sua fábrica em Portugal e você poderá encontrar esses sapatos em qualquer sapataria. 2) A marca de sapatos italiana decide manter a sua fábrica no estrangeiro, mas cria a sua rede de lojas em Portugal, representativas da sua marca, para vender em exclusivo os seus produtos e neste caso poderá encontrar esses sapatos nas respectivas lojas. 3) A marca italiana decide não fazer nenhum tipo de investimento em Portugal, e nesse caso não é justo que pretenda lucrar às custas do dinheiro dos portugueses, e assim, em última instância, poderá sempre encomendar os seus sapatos pela Internet.*

— O que me irá custar muito mais do que se pudesse comprar na sapataria.

— É verdade. Mas querer sapatos italianos, quando tem sapatos portugueses de qualidade igual ou superior, é um luxo seu e por isso terá que ser você a pagar por esse luxo, não acha?

O jornalista sorriu.

— Vamos ver se compreendi, então. Este modelo da Localização Concêntrica não está a impedir que os produtos estrangeiros sejam vendidos em Portugal. Apenas exige que as empresas invistam no país, seja através de fábricas, o que sinceramente acho que muito poucas farão tendo em conta o facto do mercado português ser tão pequeno, seja através de redes próprias de lojas representativas da marca que vendam exclusivamente os produtos dessa empresa, é isso?

— Exactamente! Não estamos a taxar esses produtos acima dos produtos portugueses, nem estamos a criar cotas de consumo obrigatórios de produtos nacionais, apenas dizemos que toda a empresa estrangeira, para vender em Portugal, terá que investir no país, seja através de fábricas, e acredito que algumas o farão, como podemos ver com a indústria automóvel, seja através de redes próprias de venda ao público. Se isto for realizado, as leis de mercado funcionarão naturalmente. E veja o exemplo daquele grupo estrangeiro que vende mobiliário em Portugal. Este é um grupo que não irá ser afectado com o modelo da Localização Concêntrica, pois mesmo quando não tinha fábricas em Portugal, soube criar a sua própria rede de lojas para vender os seus produtos, gerando riqueza no país e criando postos de trabalho. Hoje já criou as fábricas, e gerou ainda mais riqueza e trabalho. E mesmo que muitos possam ver nesse grupo um concorrente das fábricas de mobiliário nacional, em momento algum iremos interferir para proteger essa indústria, pois compete a esta modernizar-se e encontrar soluções tão criativas e inovadoras quanto as apresentadas por este grupo. Por isso, como pode ver, não existe da nossa parte, através da implementação deste modelo, qualquer tipo de protecção, e quem nos acusar disto ou está de má-fé, ou está ao serviço dos grandes grupos económicos para quem o modelo da globalização sempre servirá melhor. Só que não podemos compactuar mais com esse modelo que depredou as economias mais frágeis, levando à miséria populações inteiras. O modelo da globalização falhou, não serve, por isso soltemo-lo. Como podemos continuar a defender esse modelo, se ele já deu provas suficientes de que em nenhum momento esteve ao serviço das pessoas, mas sim dos grandes grupos e interesses económicos? É quase criminoso continuar a sustentar algo que levou à miséria, e até mesmo à morte, milhões de pessoas pelo mundo inteiro para que nós pudéssemos ter a possibilidade de escolher entre vários modelos de uma mesma coisa, num consumo desenfreado que nos endividou a todos e que acabará, se não for corrigido, por levar o mundo à banca rota.

— Aqui tenho que abrir um parêntese, pois esse cenário que descreve parece-me muito pouco realista. Todos sabemos que a deslocação das empresas para esses países melhorou a vida das pessoas desses mesmos países, tirando milhões da pobreza.

— Essa visão é falaciosa, porque está incompleta. Porque quem pensa assim só fez meio caminho e não o caminho completo do processo. Ora imagine esta empresa ocidental que se desloca para um país do terceiro mundo. Naturalmente que não o faz para tirar pessoas da pobreza; a empresa não é uma ONG, mas fá-lo para buscar o lucro. Ao instalar-se nos subúrbios de uma qualquer cidade começará a empregar pessoas que viviam, muitas delas, nas aldeias, com vidas pobres, praticamente sobrevivendo da pouca agricultura que faziam e da ajuda dos vizinhos. Essas pessoas, ao empregarem-se nessas empresas, passaram a ter mais dinheiro do que tinham anteriormente. Com esse dinheiro vem um tipo de consumo ocidentalizado, o que lhes permitirá ter acesso a bens que não tinham. Algumas, pela segurança de um emprego que lhes dá

acesso a um salário fixo, endividam-se para poderem consumir mais. E assim, aparentemente, as suas vidas melhoraram. Só que isto é apenas o meio do caminho. Agora venha comigo fazer o resto do caminho que todos aqueles que defendem a globalização não fazem. É que esta empresa, como lhe disse, não se move pela caridade, não tem como objectivo a melhoria da vida das pessoas, mas apenas o lucro. E em algum momento irá olhar para o país vizinho e perceber que ali conseguirá salários mais baixos. Fechará a empresa e enviará para o desemprego todos aqueles que ali trabalham. Estes ficarão sem protecção social, sem um salário, cheios de dívidas e a viver nos subúrbios de uma grande cidade onde não podem sequer voltar a cultivar a terra para conseguir algum alimento. Ou seja, no início do processo eram pobres, e no fim tornam-se miseráveis. Este é o rasto que a globalização deixa, e nem sequer falei no rasto ambiental que é desastroso, pois essas empresas, ao se instalarem em países sem nenhum tipo de regulamentação, não irão gastar dinheiro em protecção ambiental, maximizando ainda mais os seus lucros. A globalização é uma verdadeira história de terror; com rosto de palhaço que até parece amigo e simpático, mas de terror.

— *Muitos dizem que as suas políticas são de esquerda. Concorda?* — Perguntou o jornalista retomando o fio da entrevista.

— *Respondo-lhe dizendo que estas políticas não são nem de esquerda, nem de direita, nem do centro, mas sim de cima. Sendo que este “cima” são os portugueses e o interesse nacional.*

— *Eu digo isto porque você é acusado, por alguns, de ser contra as empresas e o capital.*

— *O mais irónico, sabe, é que este novo modelo que estamos a implementar é aquele que poderá salvar muitas das empresas, mesmo as maiores, de falirem, pois esse é o destino de todas elas dentro do modelo da globalização. Se é verdade que no modelo da globalização uma empresa tem que investir menos para chegar aos mercados, podendo montar uma grande fábrica num país do terceiro mundo para depois vender os produtos ali produzidos a preços baixos para o mundo inteiro, e com isso destruindo as economias locais do resto do mundo, não é menos verdade que ao fazê-lo está a assinar a sua própria sentença de morte, já que, ao destruir os mercados locais, estará a conduzir as pessoas à pobreza, e pessoas sem dinheiro não poderão comprar os produtos dessa mesma empresa levando-a, mais tarde ou mais cedo, à falência. O modelo da Localização Concêntrica, pelo contrário, exigirá dessas empresas um maior investimento inicial, pois ao contrário do modelo anterior, em que tinham apenas que investir numa grande fábrica, agora terão que criar fábricas nos países para onde pretendem vender os seus produtos. Só que, se é certo que existe um investimento maior, também é certo que ao levarem riqueza para esses países estarão a contribuir para o bem-estar das pessoas e das economias locais, permitindo que estas tenham capacidade financeira para continuarem a consumir os produtos que essa mesma empresa produz. Como vê, este novo modelo é bom para as pessoas, mas também para as empresas. É mais justo, pois implica que o capital circule e não fique estagnado nos bolsos de alguns enquanto assistem à falência dos mercados. E esse é o destino que está à nossa frente se nada for feito: a falência global do sistema financeiro mundial e a pobreza crescente.*

— *E se os outros países não aceitarem os seus argumentos e considerarem que este modelo é proteccionista, exigindo o mesmo dos produtos nacionais quando exportados?*

— *Eu espero sinceramente que este modelo seja adoptado pelo mundo inteiro, pois é o único que poderá trazer de volta a abundância à economia mundial e o bem-estar às populações. E por isso aquilo que exigimos dos produtores estrangeiros deverá ser o mesmo a ser exigido aos produtores nacionais, ou seja, que instalem as suas fábricas no estrangeiro, se quiserem aquele mercado, gerando riqueza local e criando postos de trabalho, ou criem as suas redes de distribuição ou de venda para os seus produtos, ou então que se*

especializem em produtos que sejam únicos e que não possam ser encontrados nos anéis mais próximos desses países.

— E se ninguém seguir o seu modelo e começarem a criar barreira alfandegárias aos produtos nacionais?

— Nesse caso mostrarão a sua má-fé, pois em momento algum levantámos barreiras alfandegárias aos produtos estrangeiros. E nesse caso teríamos que ver outras soluções.

— E que soluções seriam essas?

— Ainda é cedo para falar — concluiu o António, sorrindo.

Essas soluções passavam pela criação de uma união económica entre os países de língua portuguesa, pois já nessa altura o António sabia que a Europa não iria aceitar o novo modelo, o que seria um pretexto para ele fazer aquilo que sempre quis fazer, que era sair da União Europeia e criar, juntamente com o Brasil e Angola, e mais tarde com todos os outros países de língua portuguesa, a União Lusófona.

Todas estas medidas foram implementadas no seu primeiro mandato e em quatro anos o país mudou radicalmente. Tínhamos agora a capacidade de produzir a nossa própria energia sem estar dependentes do exterior e de alimentar um país inteiro com os nossos próprios recursos. Embora fosse apenas no mandato seguinte que a máquina estaria em plena laboração, com a proibição da venda de veículos que não fossem eléctricos ou a biodiesel, já no primeiro mandato a produção do novo combustível e a venda dos novos veículos começou a ganhar força, sendo que nenhuma das medidas foi vista pelos portugueses como uma imposição, mas como algo a que todos aderiram com gosto e orgulho por estarem a fazer diferente e de serem vistos por muitos sectores, no mundo inteiro, como um exemplo a seguir. O António, como um verdadeiro líder, tinha conseguido mobilizar um país inteiro em função da Visão que tinha, e isto era algo que muito poucos conseguiam fazer, pois, escravos de um sistema alimentado pelos interesses e pela vontade de poucos, submetiam-se de forma passiva a esses mesmos interesses, acomodando-se no conforto dos caminhos conhecidos sem ousarem pensar de maneira diferente e depois agir de acordo com esse novo pensamento.

A União Europeia, no entanto, como o António já previa, não ficou convencida com as novas políticas, exigindo que o modelo da Localização Concêntrica fosse abandonado por considerá-lo proteccionista e contrário ao Espírito Europeu. Na verdade, todos percebíamos que aquilo que a Europa queria dizer com “Espírito Europeu” era na verdade o Espírito dos grandes interesses económicos que acabaram por pressionar os políticos europeus, como lóbis poderosos, para que impedissem que o novo modelo fosse implementado, pois não só era uma afronta ao seu poder, como poderia disseminar-se pelo mundo pondo em causa o modelo da globalização que tão bem os servia. E foi num dos conselhos europeus que o António falou para os seus congéneres, cujo discurso foi ouvido pelo mundo inteiro como uma lufada de ar fresco que soprava no meio do mofo institucional e burocrático daquela Europa moribunda.

— O Espírito Europeu já não existe. Vivemos um conto de fadas que se transformou num conto de bruxas, onde a Europa foi construída em função dos interesses dos mais ricos, pois necessitavam de mercados para vender os seus produtos. Com isso destruíram as economias dos países mais frágeis, dizimaram a sua capacidade produtiva, pagando para que estes abandonassem as terras e o mar e passassem a consumir tudo aquilo que vinha do centro da Europa, obrigando ao seu endividamento crescente. Esta não é a Europa que foi desenhada na mente dos seus criadores, esta não é uma Europa solidária e unida em torno de uma causa comum, mas um aglomerado de interesses numa estrutura que agride a própria democracia. Não iremos abandonar o modelo da Localização Concêntrica, porque temos que vos pagar a dívida que contraímos convosco, e só podemos pagar a dívida se produzirmos riqueza. Neste momento, Portugal está a sair da crise a um ritmo mais acelerado que todos os outros países da Europa. Os mercados voltaram a confiar em nós, e somos aquele que mais cresce. Deveríamos ser vistos como o exemplo a seguir e não como o exemplo a abater. E se o modelo que estamos a adoptar é visto por vós como uma ameaça, a solução é muito simples: adoptem-no também e juntem-se a nós, alinhando-se com os novos tempos que irão pedir de vós outras soluções, porque se não o fizerem será o euro e a própria Europa que não terá futuro.

As reacções foram extremadas. Desde os aplausos de vários sectores, que viam naquele discurso uma esperança para a Europa, até às críticas pesadas dos mais conservadores que exigiam que Portugal deixasse o euro e a União. E assim foi. Já no seu segundo mandato, Portugal pediu a saída do euro e da União Europeia, numa altura em que o País se tornava um modelo para muitos outros que começaram, em particular na América do Sul, a replicá-lo. A saída de Portugal da União Europeia acabaria por pôr fim àquele projecto há muito condenado, pois em poucos anos o euro deixou de existir e a União acabou por se desmantelar. Portugal, pelo contrário, cresceu ainda mais. Embora tivesse adoptado uma moeda mais fraca, como não estávamos dependentes de importações, a moeda acabou por beneficiar as exportações, na sua maioria de tecnologia ligada à energia e aos novos veículos eléctricos, embora também de produtos tipicamente portugueses que não existiam nos países de destino. As exportações passaram a ser realizadas em maior número para os países de língua portuguesa, onde começou a desenhar-se uma nova comunidade económica e política que três décadas depois, já após o Grande Colapso que levou o mundo à banca rota, iria dar origem à Federação Lusófona.

Mas houve muitas outras leis implementadas no país durante o seu primeiro mandato, todas elas revolucionárias e sempre em função do bem-estar das pessoas e da vida planetária. Na educação, com o envolvimento de todos os parceiros sociais e sindicatos, acabou-se com um modelo curricular imposto de cima, para se apresentar um modelo básico, com linhas gerais, onde cada professor passou a ter a liberdade de criar em cima desse modelo escolhendo as ferramentas mais indicadas para o implementar em função dos alunos e do contexto cultural e social. Definiu-se que esse modelo deveria ser construído em conjunto com os alunos, num processo de co-responsabilização, e não como algo imposto e obrigatório. No primeiro ciclo acabou-se com as avaliações, os testes, os quadros de honra, sendo o processo de aprendizagem feito de forma cooperativa e sempre de um modo lúdico. O lema no primeiro ciclo era: “aprender enquanto se brinca”. Os professores deixaram de ter um papel administrativo, concentrando-se unicamente no acto de ensinar, e foi-lhes dada maior liberdade na forma de o fazer. De algum modo, começou-se a desconstruir um modelo que tinha a sua raiz na revolução industrial, com os seus horários rígidos, com as campainhas, com as filas e as fardas, com uma lógica regimentar, para algo mais fluido, mais livre, mais

ao sabor do momento, da criatividade e da cooperação. A escola passou a ser um lugar de prazer e alegria, e não mais um fardo e uma obrigação.

Na saúde houve também uma pequena revolução. Percebendo o governo o abandono crescente do interior, onde os médicos faltavam e as populações envelhecidas tinham que se deslocar dezenas de quilómetros para serem atendidas, e percebendo que muitos dos médicos formados nas universidades públicas saíam destas para o privado, depois de um investimento avultado na sua formação, o governo fez sair uma lei em que vinculava os médicos formados nas universidades públicas ao sistema nacional de saúde por um período de anos que variava consoante a sua especialidade. Durante esse período, o seu vínculo ao estado era exclusivo, podendo cada médico ser mobilizado para qualquer parte do país. Este vínculo não era obrigatório, podendo a qualquer momento o médico activar a sua cláusula de rescisão com o estado, pagando a integralidade do curso, se esta fosse activada logo após o fim deste, ou o valor remanescente no caso de já ter estado ao serviço do Estado por alguns anos. Esta medida mudou por completo a qualidade dos serviços prestados às populações. Tínhamos agora todos os centros de saúde do país com vários médicos disponíveis a tempo inteiro, reduzindo-se drasticamente as filas de espera. Definiu-se nessa lei que o tempo de consulta deveria passar dos dez minutos para trinta minutos, pois o cuidado e a atenção que se prestava ao doente era por si só, meia-cura. O próprio curso de medicina passou a incluir novas disciplinas, para além das disciplinas técnicas, como aquelas que ensinavam a melhor forma do médico se relacionar com o doente e a arte de saber ouvir e acompanhar esse doente de forma presente e atenta. Foram também incluídas disciplinas sobre medicinas e tratamentos alternativos, que passaram a fazer parte do sistema nacional de saúde como uma opção possível em casos em que não se justificava, devido aos efeitos secundários adversos, administrar os medicamentos convencionais. Com estas medidas, a saúde das pessoas melhorou, o seu acompanhamento passou a ser mais humano e completo e o Estado poupou com todos os medicamentos e exames que não foram necessários prescrever, pois a atenção, o cuidado com o doente e o simples gesto de saber ouvir e de acompanhar com compaixão era muitas vezes suficiente para resolver o problema.

Quando o primeiro mandato terminou, o António trouxe uma outra novidade ao panorama político. Embora todas as sondagens indicassem que iria vencer as eleições com mais de dois terços dos votos, e por isso mesmo, dentro da mentalidade de então, poderia governar sozinho, o António fez questão de apresentar um governo de unidade nacional para ser votado pelos portugueses, convidando para esse governo todos os partidos e grupos com assento parlamentar numa coligação nacional em torno daquele projecto. E todos aceitaram.

O mundo não falava de outra coisa. Aquele pequeno país, ignorado por muitos, passava a ter uma identidade e uma Voz que era só sua e que, aos poucos, começava a ser ouvida, percebida e executada por muitos na replicação das políticas implementadas. Após as eleições convidou para os Conselhos de Ministros os representantes dos partidos e dos grupos sem assento parlamentar, pois também estes eram representantes de uma parte do povo português cuja voz deveria ser ouvida e considerada.

O segundo mandato começou com a saída de Portugal da União Europeia. Os lóbis que se moviam nos bastidores, exigiam que assim fosse devido às políticas adoptadas por Portugal e o governo aproveitou a onda negativa para fazer aquilo que já há muito deveria

ter sido feito. Muitos partidos europeus aplaudiram a coragem de Portugal, em particular alguns partidos ingleses que sempre foram contrários àquele modelo europeu que contrariava os princípios básicos da democracia. Um modelo onde as políticas eram decididas por pessoas que não tinham sido eleitas pelos europeus, onde os tratados eram aprovados contra a vontade das pessoas, pois quando estas, em referendo, se mostravam contrárias aos mesmos, a Europa mandava repetir esses mesmos referendos até obter o resultado desejado e com isto acabando com qualquer noção democrática que ainda pudesse existir nesse projecto. Fora da União Europeia, Portugal cresceu ainda mais. Com uma moeda mais fraca, as exportações aumentaram, em particular para os países de língua portuguesa onde, ainda no segundo mandato, seria criada a União Lusófona que, numa primeira fase, era exclusivamente económica, mas que nos anos seguintes avançaria para uma união política e mais tarde para a actual Federação Lusófona onde se encontram todos os países de língua oficial portuguesa.

Nesse segundo mandato obteve-se a consolidação das medidas implementadas na anterior legislatura. O país era agora auto-suficiente em energia e alimentos, tendo uma economia sólida, próspera e cheia de vitalidade. Nos fóruns internacionais, era visto como o exemplo a seguir, a locomotiva de um Novo Paradigma emergente ao qual todos se deveriam juntar.

Mas algo de profundamente dramático estava destinado ao país no final do segundo mandato, quando Lisboa foi assolada por um terramoto verdadeiramente devastador, que deitou por terra mais de 90% das suas construções, fazendo centenas de milhares de mortos. Tínhamos sido avisados pelo David que o terramoto iria acontecer no dia seguinte, mas o António recusara sair de Lisboa. Resolvemos ir para uma área alta no meio da Natureza com os familiares que acreditaram em nós. Foi algo profundamente desesperante, saber do terramoto que estava para acontecer e não poder fazer nada, nem mesmo avisar as pessoas, pois quem iria acreditar num aviso que não era fundamentado numa prática científica?

Após o terramoto, o António arregaçou as mangas e foi, com o seu governo, para o meio das pessoas. Apesar de ter sido montada pelo exército uma enorme tenda que seria a sede provisória do Governo, este apenas se reunia nessa tenda da parte da tarde, ficando as manhãs para o serviço directo a quem necessitava, nos vários hospitais de campanha que foram montados ou no meio dos escombros, na busca de sobreviventes. O exemplo dado pelo António e por todos os seus ministros foi profundamente mobilizador. Foi muito gratificante ver as pessoas colocarem de parte as desavenças bairristas, vindo voluntários de todos os lugares do país. Estávamos unidos e a âncora dessa união era o António que, como líder, tinha o poder de mobilizar, de inspirar, de tocar no melhor de cada um e fazer emergir em todos esse sentido de serviço e unidade. O melhor daquele povo tinha vindo ao de cima e todos se juntaram na reconstrução da cidade e na ajuda a quem tudo perdera.

O terramoto, que poderia ter vindo como um golpe para a economia do país, acabou por não o ser, pois a solidez conquistada com as reformas realizadas permitiu ao país aguentar o embate e sair ainda mais fortalecido e unido após a catástrofe. Nos Conselhos de Ministros realizados na tenda de campanha, decidiu-se que a capital deveria ser deslocada para uma zona mais segura, agora que era necessário reconstruir todos os edifícios e, por sugestão do

António, que acabou por ser consensual na sociedade portuguesa, o local escolhido, por ser o concelho onde se encontrava o centro geodésico do país, foi Vila de Rei.

Em apenas um ano, a nova sede do Governo e Assembleia da República foi construída no centro geográfico do país. Um projecto que viria a receber vários prémios internacionais, usando-se materiais leves que não agrediam a paisagem, em construções auto-sustentáveis energeticamente e onde tudo era reciclado e reaproveitado, num estilo arquitectónico moderno e harmonioso. Quem passasse por perto e nada soubesse, nunca diria que naquele complexo estava o centro da governação nacional. Ainda me lembro do dia em que, após a inauguração das instalações, eu e o António nos deslocámos ao marco geodésico que ficava na Serra da Melriça, e ali, parados diante de uma placa colocada no marco, pudemos ler, na parte final do texto, a seguinte frase: *Assim se honram VII séculos de história municipal e se pretende lançar neste solo fecundo as sementes de esperança num futuro mais radioso para todos.* E não podia ser mais apropriado que em terras outrora da Rainha Santa Isabel estivesse a sede do Governo do país que iria mudar o mundo.

Depois do terramoto, o governo resolveu apoiar de forma directa o projecto do David, que era para mim como um irmão e para o António como o seu mentor espiritual com quem ele se aconselhava muitas vezes, embora o David nunca lhe desse respostas directas, deixando apenas sementes para reflexão. Esse projecto tinha como objectivo criar núcleos rurais, pequenas aldeias que, ligadas em rede, conseguissem viver sem dinheiro. E foi para esses núcleos que muitos dos desalojados do terramoto acabaram por ser reconduzidos, onde era oferecida habitação gratuita e um modo de vida alternativo, fazendo com que essas células crescessem, ao ponto de Portugal ter cerca de 500 mil habitantes a viver sem dinheiro quando o colapso financeiro mundial levou o mundo inteiro à banca rota. Esse colapso iria acontecer já no quarto mandato do António.

O terceiro mandato foi de reconstrução, de consolidação e de união de todos os portugueses em torno da visão que o António e o seu governo apresentaram ao país. Foi também o período em que o modelo de uma sociedade sem dinheiro, implementado pelo David, começou a ganhar expressão nacional com centenas de núcleos rurais ligados em rede, onde tudo era partilhado, suprimindo-se as necessidades de todos. Foi também no terceiro mandato que se alcançou a união política dos países de língua portuguesa.

A riqueza e o dinamismo das três principais economias — Portugal, Brasil e Angola — e, em particular, as novas políticas adoptadas tendo como base tudo aquilo que o António realizou em Portugal, ajudaram no crescimento e no bem-estar das populações desses países e na consolidação desse novo projecto. Mas foi no final do seu quarto mandato que a grande prova chegou para toda a Humanidade, quando se deu a crise mundial definitiva, com o colapso total do sistema financeiro que levou o mundo à banca rota. Foi o caos generalizado pelo mundo, com os exércitos nas ruas para controlar as populações enfurecidas e as pilhagens que dizimaram todas as grandes cidades. O dinheiro tinha acabado. Mas no meio daquele caos, havia um farol que se manteve aceso, e esse farol era Portugal, a União Lusófona e a Maria, a minha filha. Quando a crise chegou e os bancos fecharam, o António olhou o país nos olhos fazendo um pacto com todos os portugueses.

— O modelo civilizacional conhecido terminou. A humanidade tem que aprender novas formas de viver, tem que reformular as bases sobre as quais fundeou a sua existência. Chegou o momento histórico de o planeta deixar o culto do Ter, que levou o mundo à banca rota, para finalmente poder expressar o Ser, onde o Homem e o Planeta, com toda a sua diversidade, voltam a estar no centro e não mais os mercados e o dinheiro. Quero aqui fazer um pacto com todos os Portugueses. Que todos, pelo bem desta nação, continuem a trabalhar, que não abandonem os vossos empregos, mesmo não havendo mais um salário no fim do mês, e eu comprometo-me com todos, que os produtos essenciais continuarão disponíveis nos supermercados de forma gratuita. As reformas dos últimos anos permitem-nos a auto-suficiência necessária para que possamos viver com aquilo que produzimos, mas temos que continuar a produzir, não podemos parar. O dinheiro, na verdade, é irrelevante. Foi uma grande miragem que nos iludiu a todos, pois este para nada serve. Se todos pensarmos que os recursos continuam na terra, que a mão-de-obra, a inteligência e as competências de todos nós continuam disponíveis, que as fábricas e as redes de distribuição continuam activas, que a tecnologia está inventada, facilmente perceberemos que não necessitamos de dinheiro para viver. Foi uma longa caminhada desde que assumi a responsabilidade de fazer uma verdadeira revolução neste país ao aceitar candidatar-me a Primeiro-ministro há 16 anos. Digo-vos que foi profundamente gratificante ter visto como o povo português aderiu a essa revolução, sempre de forma pacífica e profundamente responsável. Juntos mudámos o país e o mundo, pois o modelo que aqui implementámos acabou por ser replicado por muitos, principalmente nos países de língua portuguesa e hoje é aquele que poderá ajudar todos os outros países, que mergulharam no caos, a encontrar um rumo de volta à paz. Enfrentamos todas as dificuldades, como as do terramoto, juntos e com elas nos unimos ainda mais, mostrando a força deste país. Chegou, pois, a hora de, uma vez mais, darmos as mãos e de cabeça levantada, como um farol para o mundo, mostrarmos o caminho que todos têm que seguir. Quero terminar agradecendo-vos, pois tudo o que conseguimos realizar só foi possível porque houve um povo inteiro que respondeu de forma positiva e tomou nas suas mãos essa revolução e a responsabilidade de ser Português, pois sempre coube a este país, como muitos dos poetas e filósofos do passado sempre anunciaram, de levar ao Mundo novos Mundos e novas formas de ser Mundo.

Depois do discurso, os restantes elementos do governo anunciaram as medidas que tinham sido tomadas. Tinha sido decidido criar um cartão para todos os trabalhadores. Esse cartão seria disponibilizado a todos aqueles que continuassem a trabalhar, fosse por conta de outrem ou por conta própria, permitindo que estes pudessem ir aos supermercados buscar todos os produtos de que necessitavam como já o faziam anteriormente, bastando apresentar esse cartão. Nos primeiros meses impôs-se o racionamento dos produtos, pois muitas pessoas, movidas pelo medo, poderiam acorrer aos supermercados para levar muito mais do aquilo de que necessitavam, mas com o tempo esse racionamento foi levantado, já que todos perceberam que os produtos não iam faltar e que sua a distribuição seguia o mesmo ritmo de sempre. O cartão permitia, de igual forma, o acesso aos transportes, à saúde e à cultura de forma livre. Decidiu-se, também, nacionalizar todas as empresas estratégicas do país para garantir que nada falhava. Estipulou-se, ainda, que as casas que as pessoas tinham hipotecado aos bancos, por ainda não terem concluído o pagamento dos empréstimos, reverteriam automaticamente para estas sem a necessidade de qualquer medida ou ajustamento adicional. Os poucos desempregados que existiam seriam reintegrados nas empresas, pois sem os custos com salários ou impostos, não havia razão alguma para que alguém ficasse sem trabalho.

Com o amadurecimento destas medidas, foi criado o banco das horas de trabalho extra que eram acumuladas nesse mesmo cartão, e que permitiam que todos pudessem adquirir produtos que não fossem de primeira necessidade e que tinham o valor

correspondente a horas de trabalho. A hora de trabalho passou a ser igual para todos, tendo o mesmo valor. As horas extra da empregada doméstica ou do varredor de rua valiam exactamente o mesmo que as horas extra do político, do empresário, do magistrado ou de qualquer outro trabalhador. E embora muitas dessas classes tivessem protestado argumentando que tiveram um esforço maior em anos de estudo e de aperfeiçoamento da carreira, para o Governo, qualquer trabalho tinha o mesmo valor, pois deveria ser visto como um serviço que se prestava à comunidade sendo o investimento que se fez resultado da vocação de cada um e, por isso mesmo, algo que não deveria ser valorizado por si mesmo, já que a vocação do juiz não era certamente mais importante que a vocação do padeiro, pois se sem o primeiro não se faziam cumprir as leis, sem o segundo não teríamos pão para comer. Acabou-se assim com as classes sociais, e a sociedade caminhou a passos largos para um sistema verdadeiramente livre. Com o tempo, a escravidão do dinheiro, que mantinha as pessoas infelizes e incapazes de viver plenamente, desaparecera e a felicidade e o bem-estar passaram a estar espelhados no rosto de todos, pois não tinham mais que sobreviver para pagar contas, podendo simplesmente desfrutar a vida em toda a sua plenitude. E os exemplos claros dessas mudanças foram os da criminalidade, que praticamente desapareceu, e os da saúde que atingiu níveis nunca antes alcançados. As pessoas passaram, com o tempo, a trabalhar menos, abdicando de muitos dos produtos que poderiam conseguir com horas extra e a dedicar mais tempo à família e à comunidade. Com o passar dos anos, outras medidas foram sendo implementadas, como o direito à habitação. A todos aqueles que alcançavam a maioridade era oferecido um T0. A quem constituísse família era concedido um T1 num lugar à sua escolha. Com o nascimento do primeiro filho, ou a adopção de uma criança, poderiam aceder a um T2 e a partir do terceiro filho a um T3. Estes direitos eram aqueles definidos pela lei e de acesso universal, no entanto, através da acção dos Conselhos Locais, seria possível o acesso a casas maiores para quem disso tivesse necessidade, independentemente do número de filhos, desde que justificasse essa mesma necessidade. E nunca a construção civil tinha produzido tanto, agora sem o negócio do dinheiro por detrás. Essas casas não eram propriedade de quem as recebia, mas ficavam ao cargo das mesmas pelo período que necessitassem. O próprio conceito de propriedade privada foi-se diluindo com o tempo, pois num mundo sem dinheiro deixara de fazer sentido. As pessoas eram responsáveis pela propriedade que geriam em função das suas necessidades e das necessidades da comunidade enquanto esta estivesse ao seu cargo, numa espécie de acordo vitalício com o Estado. Quando morressem, essa propriedade revertia para o banco das propriedades livres podendo ser requisitada por quem dela necessitasse.

Com o passar dos anos, o mundo inteiro começou a sair do caos, ao replicar o modelo que tínhamos concebido. E, embora a transição nesses outros países, em particular naqueles que em tempos foram os mais ricos, tivesse sido muito dolorosa, em alguns deles com grandes custos sociais, aos poucos começaram a acertar o passo com os novos tempos e a Nova Terra que despertava, trazendo a paz para os seus povos.

Quando o quarto mandato terminou, o António não voltou a recandidatar-se, apesar dos apelos de todo um povo para que assim o fizesse. Ele sabia que tinha cumprido aquilo para que estava destinado e que, agora, poderia recolher ao seu espaço privado de onde fora forçado a sair pela vontade da própria Vida. Muitos ainda insistiram para que se candidatasse à Presidência da República ou da própria Federação Lusófona, mas ele recusou. Era a altura de outros se chegarem à frente e assumirem as suas responsabilidades. Um pouco como

Nuno Álvares Pereira, que após todas as batalhas vencidas recolheu ao claustro do mosteiro, também o António despia os trajes de guerreiro, para vestir os de monge. E assim foi, pois quando se afastou da política passou a ter uma vida eremítica na comunidade do David, em ligação profunda com a Maria, minha filha, que sempre o inspirou. Apesar do seu afastamento, ele tornou-se o líder carismático do Novo Mundo, aquele que era respeitado por todos, pela sua coragem, pela sua firmeza e humanidade. O líder que levava o planeta à paz depois do colapso e que unira todos os povos em torno de um Novo Paradigma.

Nos anos seguintes vários países começaram a juntar-se em federações, criando-se vários núcleos pelo mundo. Hoje, ainda não avançamos para um governo mundial, mas inevitavelmente acabaremos por chegar a esse modelo no futuro. A nova Confederação Mundial, que substitui as Nações Unidas após o Grande Colapso, juntava todas as federações e preparava-se para se transformar no núcleo do futuro Governo Mundial cujo modelo não seria centralizado num poder planetário absoluto, mas num núcleo central de gestão dos vários poderes federais e locais. Na verdade, naquele novo modelo, o poder estava centrado nas pessoas através das comunidades, sendo a função do poder central o de gerir os vários interesses em função do bem comum e não de legislar ou impor políticas uniformes às pessoas.

Com a morte do António, já ele se tinha reformado há muitos anos de todos os cargos públicos, os líderes do mundo inteiro confluíram para o centro de Portugal. Os povos da Terra assistiram pela televisão às cerimónias fúnebres em profunda comoção por verem partir o homem que iria ser lembrado para sempre como aquele que mudou o mundo e fez deste planeta um lugar melhor para se viver. O meu discurso durante a cerimónia foi simples, lembrando a todos que ele era um ser humano como qualquer outro, com as suas fragilidades e inseguranças, mas que soube sonhar e acreditar nesse sonho. Tudo o que ele fez só foi possível porque no centro de todas as suas políticas, desde os primeiros tempos em que se tornara presidente de uma câmara, estava o bem-estar das pessoas, a sua felicidade e o respeito pelo planeta e toda a vida contida neste. Esse sempre fora o motor que lhe dava a força para continuar quando fraquejava, e foram muitas as vezes em que ele fraquejou. Quando isso acontecia, lá estava eu, sempre presente para lhe dar todo o apoio de que necessitava, encorajando-o a seguir em frente. Foi um privilégio ter estado ao seu lado, ter testemunhado, na primeira pessoa, a presença de uma Alma que tinha um resgate cármico a fazer com o país pois, embora ele nunca o tivesse sabido, tinha sido, numa outra vida, aquele que nos fizera perder a independência para os Espanhóis e cujo regresso desde sempre foi aguardado por todos os portugueses para que Portugal se cumprisse, cumprindo-se o mundo. E assim foi!

E com estas memórias deixei-me levar pela brisa morna do fim da tarde, olhando o lago que pintara na tela branca e depois aquele que servira de inspiração e que lá em baixo permanecia sereno como um espelho. Aquele mesmo lago que continha no seu âmago, pois fora o berço da sua criação, a Alma de Portugal que sempre inspirou este povo na consecução de todos os seus desígnios — seja pela voz dos seus poetas ou pela acção dos seus líderes —, e nenhum desses desígnios ficou por cumprir, tal a sua força e Presença que nunca nos abandonou, mesmo nos momentos mais difíceis.

FIM